

Carnaval da saúde: este samba não tem grude

VICENTE AMATO NETO
e JACYR PASTERNAK

Existe quase unanimidade quanto aos gastos com nosso sistema de saúde: a fina flor do tubaronato e os mais aguerridos sindicalistas, concordam plenamente em que as obrigações referentes são do governo. Temos uma Constituição que generosamente confere a todo cidadão acesso ao processo assistencial e uma quase garantia de direito a qualquer tratamento, ainda que caríssimo. Não consideramos isso errado, mas dentro de um universo racional e racionado temos de encarar fato que não é apenas brasileiro, ou seja, a circunstância de que em todo o mundo os recursos a serem empregados na saúde são finitos e as demandas os excedem. Portanto, há que haver plano decente, lógico, aberto e, inclusive debatido com a sociedade, para estabelecer prioridade e normas, de modo a contentar o máximo de pessoas com grande retorno do investimento.

Exemplos são fáceis de imaginar. Existe um produto denominado Ceradase, que foi brindado recentemente no respeitadíssimo **New England Journal of Medicine** com o título de remédio mais caro do mundo. E é. O custo da ajuda com esse produto excede bilhões de

cruzeiros num ano e ele é útil quando o enfermo sofre da rara doença de Gaucher, sem se afigurar curativo, já que no defeito genético o fármaco substitui enzima deficiente em determinados indivíduos. Os benefícios são incontestáveis, ficando todavia dúvida sobre a conveniência de empregar tamanha soma em prol de poucas pessoas, quando estamos em situação de não atender bem coisas mais comezinhas. Na verdade, ninguém é culpado por ter nascido com esse problema e julgamos que à sociedade, solidariamente, cabe a obrigação de ajudar os premiados com tal tipo de azar. Mas ao governo e ao Sistema Único de Saúde (SUS) não vale atribuir total responsabilidade, ainda mais que a comunidade concretiza gastos inteiramente supérfluos do ponto de vista social, esquecendo as necessidades da assistência médica.

O nosso carnaval é belo espetáculo, mas não nos parece prioritário quando considerados os dispêndios, mormente nas fases de enormes dificuldades econômicas. Para a festa até alguns governos contribuem, ao lado dos corretores zoológicos, ou bicheiros, que são a outra ponta do financiamento das escolas de samba e poderiam ter interesse em nova loteria, contra animais pequenos que nos afligem. A propósito, imaginamos cenário

em que haja sorteio diário de bactéria ou vírus, tirando-se do dinheiro referente à dezena premiada um fundo para atender pacientes ou investir em pesquisas. Essa seria uma bela chance de os bicheiros mostrarem preocupação com o sistema de saúde, reforçando a imagem de indivíduos bem organizados e dotados de sensibilidade social. Aliás, temos quase certeza de que, assim projetado, o plano levaria de fato dinheiro ao local necessário, ao contrário do que sucede, uma vez que aplicações em saúde, além de poucas, ficam comidas no caminho por motivos diversos. Mal comparando, é só ver a eficiência e a beleza de uma escola de samba, em contraste com certas situações vigentes.

Sabemos também que alguns sindicalistas e seus sindicatos têm reservas financeiras muito razoáveis, que empregam em vários itens, constituídos por fundos de greves e teoricamente ligados à assistência social. Sem dúvida, parte desses recursos deveria melhorar o atendimento médico dos sindicalizados. Argumentarão os caros líderes que essa não é obrigação deles, que o raio do governo não faz nem isso e que, se forem suplementar, vão acabar assumindo o que não é sua função precipua. Talvez tenham razão. Porém, com tais meios, poderão dispor de

boas estruturas, possivelmente conseguindo valiosos resultados e controle perfeito do que gerenciarão. Convém tentar e não ficar apenas reclamando. Ou há sindicalistas que achem que num futuro previsível seja viável mudar o panorama atual do sistema público da saúde, sem que efetivamente participem? E dizemos o mesmo de certas entidades que expressam o empresariado, capacitadas a enveredar, com um pouco do muito que possuem, por programas de apoio à saúde. No final, isso não é gasto a fundo perdido, desde que a sanidade dos trabalhadores redunde em maior produtividade.

Não temos a pretensão de descobrir fórmula mágica para o sistema de saúde. Contudo, queremos deixar estas ponderações para reflexão e um ponto de vista claramente firmado. Se a sociedade não assumir responsabilidade e não se esforçar para tentar aprimoramentos, tornar-se-á difícil evoluir. Empurrar os encargos sempre para outros é atitude excelente para *tirar o corpo* e produzir firulas, sem resolver absolutamente nada onde conta, ou seja, na hora de atender ao doente.

■ **Vicente Amato Neto, secretário de Saúde do Estado de São Paulo, e Jacyr Pasternak são médicos e professores universitários**